

## Bibliografía

- Arendt, Hannah: *Lectures on Kant's Political Philosophy*, Chicago, The University of Chicago Press, 1982.
- Bedeschi, Giuseppe: *Il pensiero político di Kant*, Roma-Bari, Laterza, 1984.
- Dotti, Jorge E., "Qué es el Iluminismo", *Espacios*, No.4/5, Facultad de Filosofía y Letras, Bs.As., 1986, pp.10 a 19.
- Egusquiza, Alfredo M., *Kant, su filosofía crítica y el derecho*, Bs.As., Emecé, 1945 (2ed.1949).
- Guisán, Esperanza (Coord.): *Esplendor y miseria de la ética kantiana*, Barcelona, Anthropos, 1988.
- Habermas, Jürgen, *Conocimiento e interés*, Madrid, Taurus, 1989.
- , *Teoría y praxis*, Madrid, Tecnos, 1990.
- Heller, Agnes: *Crítica de la Ilustración*, Barcelona, Península, 1984.
- Herrero, Francisco Javier, *Religión e historia en Kant*, Madrid, Gredos, 1975.
- Hoffe, Otfried, *Immanuel Kant*, Barcelona, Herder, 1986.
- Kant, *Crítica de la Razón Práctica (CPP)*, Buenos Aires, El Ateneo Ed., 1951.
- , *Crítica del Juicio (CJ)*, Madrid, Espasa Calpe, 1977.
- , *Filosofía de la Historia (FH)*, México, F.C.E., 1985.
- , *La Religión dentro de los límites de la mera Razón (RL)*, Madrid, Alianza, 1986.
- , *Metafísica de las Costumbres (MC)*, Madrid, Tecnos, 1989.
- , *La paz perpetua (PP)*, México, Tecnos, 1985.
- , *Antropología práctica (AP)*, Madrid, Tecnos, 1990.
- , *Teoría y Práctica (TP)*, Madrid, Tecnos, 1986.
- , *El conflicto de las facultades (CF)*, Buenos Aires, Losada, 1963.
- Muguerza, Javier; Aramayo, Roberto, y otros: *Kant después de Kant. En el bicentenario de la Crítica de la Razón Práctica*, Madrid, Tecnos, 1989.
- Ricoeur, Paul: "Kant: de la moral a la doctrina del derecho. Historia de la idea de justicia", *No hay Derecho*, Buenos Aires, Año II, Núm.7, Set/Nov. 1992, pp.13 a16.
- Ureña, Enrique M.: *La crítica kantiana de la sociedad y de la religión*, Madrid, Tecnos, 1978.
- Wellmer, Albrecht, *Ética y diálogo. Elementos del juicio moral en Kant y en la ética del discurso*, Anthropos, Barcelona, 1994.

## Resenhas

**Pierre Kerszberg, *Critique and Totality* (Albany: State University of New York Press, 1997), 274 pp. com index.**

Prof. Nythamar Fernandes de Oliveira  
Departamento de Filosofia – PUCRS

Depois que Edmund Husserl proferiu suas memoráveis *Vorlesungen* sobre fenomenologia em 1818 e sobre Kant em 1924, neokantianos têm aproximado o pai da fenomenologia do filósofo de Königsberg, assim como fenômenos e hermenêutas de diferentes correntes – de Martin Heidegger a Paul Ricoeur – têm mostrado o longo e sinuoso caminho a ser trilhado na constante reformulação da problemática de uma filosofia transcendental.<sup>1</sup> Afinal, trata-se de repensar em que medida é possível fazer filosofia sem recorrer a um princípio de fundamentação já pressuposto. Assim como Kant, Husserl situa a tarefa de uma filosofia transcendental entre Descartes e Hume e para além de suas respectivas limitações aporéticas de dogmatismo e ceticismo, na medida em que nos remete incessantemente a uma argumentação transcendental, isto é, que pergunte pelas condições de possibilidade de toda experiência, de forma a tudo incluir – entre parênteses (*epoché*) – como objeto de uma investigação nos limites de nossa finitude. Assim, o mun-

do, sua totalidade e todo pensamento pela atitude crítica tornado possível definem a tarefa cosmológica por excelência, comum à fenomenologia e ao idealismo transcendental kantiano.

Trata-se, por um lado, de fazer jus à contraposição kantiana ao racionalismo cartesiano-wolffiano e ao empirismo britânico (crítica ao realismo e ao idealismo, retomada pela crítica de Husserl ao logicismo e ao psicologismo) e, por outro lado, de resgatar o problema de uma ontologia fundamental para além da metafísica e da antropologia filosófica dogmática e tradicionalmente concebidas – em seus variados níveis de ontologia regional. O estudo seminal de Pierre Kerszberg, da Universidade de Toulouse, logra não apenas articular analítica e dialética na formulação transcendental que Kant nos oferece de um idealismo (tão defensável hoje como o foi então), mas ainda nos fornece subsídios para rever a apropriação que uma fenomenologia pode fazer do legado kantiano. Em última análise, o trabalho de Kerszberg mostra que tal apropriação permanece, todavia, incompleta – assim como a própria redução e a dedução o teriam sido – e deve ser reformulada a partir de uma cosmologia que viabiliza a união de duas perspectivas distintas – a noumênica e a fenomênica – sem incorrer no dualismo de uma *two-world thesis*. "Há uma feno-

menalidade do mundo”, escreve Kerszberg, “a saber, o nível espaço-temporal da experiência imediatamente dada que atribui a objetos o seu caráter fenomênico prévio”. (p. 20) O erro de leituras supostamente inspiradas em Heidegger consistiria precisamente em querer desvelar nesta *démarche* uma ontologia na Primeira *Crítica*.<sup>2</sup> Ao notar que Heidegger parece desconsiderar a distinção kantiana entre o natural e o legal, Kerszberg mostra que o conflito das leis da razão pura não é redutível à natureza mas deve ser pensado em termos cosmológicos, de onde emerge sobretudo uma concepção não-psicológica da liberdade (p. 259 n. 9). Segundo o Autor:

“Freedom in the Kantian sense cannot be said to belong to the essence of man. The ability of human beings to choose between right and wrong, good and evil, does not proceed from their freedom. Rather, freedom is the beginning of a series which insinuates itself into the causal series of the world of experience. It is to be met with only in acting, and it works as the principle of action.” (p. 14)

Kerszberg logra sustentar deste modo a unidade da razão na filosofia cosmopolita de Kant (tanto num sentido “cósmico” ou “cosmológico” de *Weltbegriff* como de um conceito *weltbürgerlich*), na medida em que a “liberdade transcendental faz ainda parte de um conceito cósmico de filosofia.” Este estudo original da cosmologia kantiana enquanto chave de leitura do idealismo transcendental em sua unidade crítico-sistemática complementa um trabalho anterior de Kerszberg sobre a cosmologia na astronomia contempo-

rânea e sua contribuição para a edição crítica da versão francesa da *Theorie des Himmels* de Immanuel Kant.<sup>3</sup> A problemática cosmológica deste estudo é, por sua vez, retomada no seu *Kantbuch* sobre a filosofia da natureza, na mesma linha de argumentação contrária à de Michael Friedman e outros intérpretes que tendem a reduzir a revolução copernicana a uma nova concepção de filosofia da ciência.<sup>4</sup> Não se trata, segundo Kerszberg, de rejeitar a fundamentação transcendental, mas de aprofundar e refinar a analogia kantiana entre o filósofo transcendental e o físico matemático (p. 193). Trata-se, portanto, de reaproximar a questão do perspectivismo – seja a partir de uma nova concepção de filosofia teórica, seja desde uma filosofia prática – da própria razão pura, em sua unidade. Assim, o intuicionismo na filosofia da matemática pode ser consistentemente articulado com o construtivismo – como o faria, com outro intento, John Rawls em seu *Political Liberalism*.

O ponto de partida da obra de Kerszberg é a constatação de que o conceito escolástico de filosofia que Kant substitui na Primeira *Crítica* por um conceito cósmico, *conceptus cosmicus*, *Weltbegriff* (*KrV* A 838/B 866), é identificado na *Lógica* (Ak. 23-25) com o conceito cosmopolita (*weltbürgerlichen*) e elevado ao ápice do fim terminal da existência humana na Terceira *Crítica* (§§ 9, 83). É neste sentido que Kant pode concluir que a “filosofia é a ciência da referência de todo o conhecimento aos fins essenciais da razão humana (*teleologia rationis humanae*), e o filósofo é não um artista da razão, mas sim

o legislador da razão humana” (B 867). O uso teórico da razão já antecipa, na própria articulação entre Analítica e Dialética na *KrV*, que o uso prático da razão assegure o lugar fundamental da liberdade como causa não causada (noumênica) e como limite da relação humana com a causalidade natural (fenomênica), contrapondo nossa finitude à gama infinita de objetos possíveis. Assim, Kerszberg pode mostrar como a liberdade prática é articulada com a liberdade transcendental, na medida em que a indeterminidade da primeira é tornada sensível sem ser todavia reconhecível (p. 229): o dever-ser indica a falta de determinação na causa, “mesmo que não tenha ocorrido algo, *deveria* ocorrer” (B 562), em conformidade com a terceira antinomia cosmológica, que nos compele a um nível que não seja o teórico-fenomênico. Assim, a relação entre a Analítica Transcendental e a Dialética Transcendental nos aparece mais complicada do que se imaginava. Ao contrário dos críticos mais próximos de Kant (Maimon, Fichte, Schelling, Hegel), não se trata de simplesmente ler a Analítica a partir da Dialética para “completar” o sistema. Em vão tentar-se-ia tampouco resgatar o espaço ontológico preenchido por projetos fracassados de antropologia filosófica, como o insinuaria Heidegger e leituras pós-fenomenológicas. Seguindo Heidegger nas suas três grandes divisões da *KrV*, Kerszberg explora a Estética (A 19-22), a Analítica (A 50-62) e a Dialética (A 298-320) para tematizar em termos crítico-fenomenológicos as antinomias da razão pura à luz do problema da totalidade e segundo o intento

fundamental da *Crítica*, formulado na famosa carta a Marcus Herz (21 de fevereiro de 1772). O problema fenomenológico da constituição é assim justaposto ao da fundamentação do objeto representado pelo sujeito, de forma a visitar a crítica kantiana à metafísica, que, como Heidegger observou corretamente, rompe de maneira decisiva com a tradição essencialista, ao desvincular a temporalidade de concepções como a eternidade, a imortalidade e a própria divindade<sup>5</sup>. Ilusória e erroneamente aplicadas à existência temporal, tais representações extrapolam a possibilidade de juízos teóricos – cujos objetos não podem ser determinados ou pensados dentro dos limites da finitude humana. Todavia, em contraste com um projeto heideggeriano que visaria, por um uso destranscendentalizado da auto-afecção e da temporalidade, a uma superação da dicotomia entre um sujeito transcendental e um eu empírico, Kerszberg prefere recorrer ao papel destinado por Kant à liberdade, em detrimento da imaginação:

The *Faktum* of practical reason is not an ordinary fact in the sense of *Tatsache*. It is the consciousness of moral law, that is, the medium through which reason speaks to itself on the occasion of moral duty that transcends the limitations of the material sphere of experience... In the case of practical reason and its law of freedom, the power of the *Faktum* is such that imagination is left with nothing to do when reason applies the moral law to sensible objects: the mediation is entirely provided by the understanding. (p. 132)

## Notas

- 1 E. Husserl, "Phenomenology", 1929 ed. *Encyclopaedia Britannica*, cf. *Husserliana IX*; "Kant and the Idea of Transcendental Philosophy," *Southwestern Journal of Philosophy* 5 (Fall 1974): 9-56; "Randbemerkungen Husserls zu Heideggers *Sein und Zeit* und *Kant und das Problem der Metaphysik*", org. R. Breeur, *Husserl Studies* 11 (1994): 3-63; Iso Kern, *Kant und Husserl. Eine Untersuchung über Husserls Verhältnis zu Kant und Neukantianismus*. Haia: M. Nijhoff, 1964.
- 2 Cf. Henri Declève, *Heidegger et Kant*. Haia: M. Nijhoff, 1970.
- 3 P.Kerszberg, *The Invented Universe: The Einstein-De Sitter Controversy (1916-1917) and the Rise of Relativistic Cosmology*. Oxford:

- Clarendon Press, 1989; "La Création en mouvement. Essai sur la signification philosophique d'une interrogation cosmologique fondamentale dans la Théorie du Ciel", in Immanuel Kant, *Histoire Générale de la Nature et Théorie du Ciel*, org. A.M.Roviello, P.Kerszberg e J.Seidengart. Paris: J.Vrin, 1984.
- 4 P. Kerszberg, *Kant et la nature. La nature à l'épreuve de la critique*. Paris: Les Belles Lettres, 1999; M. Friedman, *Kant and the Exact Sciences*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- 5 Cf. Daniel Dahlstrom, "Heidegger's Kantian Turn: Notes to His Commentary on the *Kritik der reinen Vernunft*", *Review of Metaphysics* 45 (December 1991): 329-361.

- 1 A revista *STUDIA KANTIANA* aceita os seguintes tipos de colaboração:
- 1.1 Artigos (até 12.000 palavras, incluindo referências bibliográficas e notas).
- 1.2 Resenhas críticas de apenas um livro ou de vários livros que tratem do mesmo tema (até 4.500 palavras, incluindo referências bibliográficas e notas. As resenhas críticas devem apresentar no início do texto a referência completa das obras analisadas).
- 1.3 Recensões e notas bibliográficas (até 1.600 palavras. As recensões e notas bibliográficas não devem receber título nem conter notas ou referências bibliográficas fora do texto e devem apresentar no início do texto a referência completa das obras analisadas).
- 2 As colaborações, que devem ser inéditas, podem ser escritas em português, espanhol, inglês ou francês.
- 3 Os artigos devem vir acompanhados de um resumo do texto em português e em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, bem como pelo menos cinco palavras-chave. Os autores devem enviar também seus dados profissionais (instituição, cargo, titulação), bem como endereço para correspondência (inclusive e-mail). Esses dados aparecerão no final do texto publicado.
- 4 Os originais devem ser enviados em disquete, com duas cópias impressas. O processador de texto deverá ser Word, em conformidade com as seguintes especificações:
- 4.1 Texto corrido, teclando ENTER apenas uma vez para a mudança de parágrafo;
- 4.2 Podem ser formatados textos em **bold**, *italic*, superscript, subscript. Porém, não deverá ser formatado nenhum parágrafo, tabulação ou hifenizado.
- 4.3 Caso não seja possível digitar os números das notas em superscript, digitar um espaço e a letra "n" antes do número. Ex.: n1 (que significa nota de rodapé número 1).
- 5 As notas não devem conter simples referências bibliográficas. Estas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato: (sobrenome do autor/espaço/ano de publicação: página).
- 6 A bibliografia deve ser apresentada na seguinte forma:
- 6.1 Livros: sobrenome do autor em maiúsculas, nome em minúsculas, título do livro em itálico, eventual tradutor, lugar da edição, editor, ano de edição, páginas citadas.
- 6.2 Coletâneas: sobrenome do organizador em maiúsculas, nome em minúsculas, seguido da especificação ("org."), título do livro em itálico, eventual tradutor, lugar da edição, editor, ano de edição, páginas citadas.
- 6.3 Artigo em coletânea: sobrenome do autor em maiúsculas, nome em minúsculas, ano de edição, título do artigo entre aspas, eventual tradutor, nome do organizador em minúsculas, seguido da especificação ("org."), título da obra em itálico, lugar da edição, editor, números das páginas do artigo.
- 6.4 Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome em minúsculas, ano de edição, título do artigo entre aspas, eventual tradutor, nome do periódico em itálico, número do volume, números das páginas do artigo.
- 6.5 Tese acadêmica: sobrenome do autor em maiúsculas, nome em minúsculas, ano de edição, título da tese em tipo normal, especificação do tipo de tese, nome da universidade na qual foi defendida.
- 7 As colaborações serão examinadas por dois "refereres" e submetidas ao corpo editorial.
- 8 Os autores serão notificados da recepção das colaborações. Os editores se comprometem a devolver o disquete, mas não as cópias impressas.
- 9 Os autores receberão gratuitamente um exemplar da revista e 25 separatas dos artigos, resenhas críticas e recensões bibliográficas publicados.
- 10 A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade de publicação à revista *STUDIA KANTIANA*, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que não poderão ser reproduzidos sem autorização expressa dos editores. Os colaboradores manterão o direito de reutilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra sem o pagamento de taxas à revista *STUDIA KANTIANA*. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor. Uma vez aceitos para publicação, não serão permitidas adições, supressões ou modificações nos artigos.
- 11 Os originais devem ser enviados diretamente ao editor da revista:  
Ricardo R. Terra  
Depto. de Filosofia da FFLCH da USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto 315  
05508-900 São Paulo SP
- 12 Para maiores informações, consultar o editor:  
tel (011) 38183761 fax (011) 2112431  
e-mail: ricardor@usp.br